



Diário Oficial do

MUNICÍPIO

PODER EXECUTIVO • BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÔCOS

IMPRESSA ELETRÔNICA

Lei nº 12.527



A Lei nº 12.527, sancionada pela Presidente da República em 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A publicação da **Lei de Acesso a Informações** significa um importante passo para a consolidação democrática do Brasil e torna possível uma maior participação popular e o controle social das ações governamentais, o acesso da sociedade às informações públicas permite que ocorra uma melhoria na gestão pública.

Veja ao lado onde solicitar mais informações e tirar todas as dúvidas sobre esta publicação.

Atendimento ao Cidadão		
Presencial	Telefone	Horário
Rua Presidente Juscelino, 115, Centro	77 3489-1041	Segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00h e das 14:00 às 17:00h

Diário Oficial Eletrônico: Agilidade e Transparência



Efetivando o compromisso de cumprir a **Lei de Acesso à Informação** e incentivando a participação popular no controle social, o **Diário Oficial Eletrônico**, proporciona rapidez no processo de administração da documentação dos atos públicos de maneira eletrônica, com a **segurança da certificação digital**.

Assim, Graças ao Diário Oficial Eletrônico, todos os atos administrativos se tornam públicos e acessíveis para qualquer cidadão, de forma **rápida e transparente**, evitando o desconhecimento sobre as condutas do Poder Público.

Um dos aspectos interessantes é a sua divisão por temas para que a consulta seja facilitada. Assim, o Diário Oficial é segmentado em partes: emendas constitucionais, leis, decretos, resoluções, instruções normativas, portarias e outros atos normativos de interesse geral;



RESUMO

DECRETOS

- DECRETO Nº 033/2022, DE 01 DE JULHO DE 2022 - ATUALIZA O VALOR DA UNIDADE FISCAL PADRÃO - UFP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LICITAÇÕES

ATAS DE REGISTRO DE PREÇO

- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014-2022 - JURANDIR CARLOS ATAÍDE LOPES

CONTRATAÇÃO DIRETA

ADJUDICAÇÃO

- ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº 052-2022

HOMOLOGAÇÃO

- HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA Nº 052-2022

CONTRATOS

EXTRATOS

- EXTRATO DE CONTRATO Nº 196-2022 - LR CALDAS TRANSPORTES DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS





Estado da Bahia
MUNICÍPIO DE COCOS



DECRETO Nº 033/2022, DE 1º DE JULHO DE 2022.

Atualiza o valor da Unidade Fiscal Padrão – UFP e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÔCOS, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e de acordo com o que lhe confere o artigo 1º e parágrafo 2º da Lei Municipal nº 405, de 16 de outubro de 2003, e bem como o artigo 216, parágrafo 2º da Lei nº 402, de 16 de outubro de 2003,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica atualizado o valor da Unidade Fiscal Padrão – UFP que passa a ser de **R\$ 19,73 (dezenove reais e setenta e três centavos)**, com vigência a partir de 1º de julho de 2022, atualizado sobre o **R\$ R\$ 19,61 (dezenove reais e sessenta e um centavos)**.

Parágrafo único. O valor da UFP de que trata este artigo será utilizado para o efeito de cálculos de tributos, preço público, posturas, multas, pena pecuniária e receitas diversas.

Art. 2.º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 1º de julho de 2022.

Marcelo de Souza Emerenciano
Prefeito Municipal





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014-2022**

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 017-2022
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 187-2022
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de junho de 2022, o **MUNICÍPIO DE COCOS-BA**, situada na Rua Presidente Juscelino, nº 115, centro, Cocos, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ sob nº 14.222.012/0001-75, neste ato representado por Marcelo de Souza Emerenciano, Prefeito Municipal doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**.

Nos termos da Lei n.º 10.520/2002, da Lei n.º 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; Decreto Municipal n.º 045/2018; e Lei Municipal n 496/2007 aplicando-se, subsidiariamente, Decreto n.º 7.892/2013 alterado pelo Decreto n.º 8.250/2014, que foi alterado pelo Decreto Federal n.º 9.488/2018, a Lei n.º 8.666/1993, e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 017-2022, homologado pelo Prefeito Municipal em 21 de junho de 2022;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual aquisição dos itens/lotes a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **JURANDIR CARLOS ATAÍDE LOPES-ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.357.193/0001-56, com sede na Rua Campo Santo, nº 156, centro, CEP: 47.680-000, no Município de Cocos-BA, neste ato representada pelo Sr. Jurandir Carlos Ataíde Lopes, portador da Cédula de Identidade nº 08.890.853-40 SSP-BA e CPF nº 001.419.035-46, cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto desta Ata é o registro de preços para futuros e eventuais aquisição de diversos materiais de ferragens - serralheria em geral, para atendimento as demandas das Secretarias do Município de Cocos-BA, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

LOTE 01						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUAN	V. UNITARIO	VALOR TOTAL	
1	METALON 16 X 16 CH 1,20	UND	80	R\$ 48,78	R\$ 3.902,40	
2	METALON 20 X 20 CH 0,90	UND	100	R\$ 44,73	R\$ 4.473,00	
3	METALON 20 X 20 CH 1,20	UND	100	R\$ 55,27	R\$ 5.527,00	
4	METALON 20 X 30 CH 0,90-	UND	100	R\$ 46,98	R\$ 4.698,00	
5	METALON 20 X 30 CH 1,20	UND	100	R\$ 69,56	R\$ 6.956,00	
6	METALON 25 X 25 CH 1,20	UND	100	R\$ 64,73	R\$ 6.473,00	
7	METALON 30 X 30 CH 0,90	UND	100	R\$ 69,11	R\$ 6.911,00	
8	METALON 30 X 40 CH 0,90	UND	100	R\$ 72,30	R\$ 7.230,00	

Rua Presidente Juscelino, 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000

CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

9	METALON 30 X 40 CH 1,20	UND	100	R\$ 105,33	R\$ 10.533,00
10	METALON 30 X 50 CH 0,90	UND	100	R\$ 87,26	R\$ 8.726,00
11	METALON 30 X 50 CH 1,20	UND	100	R\$ 109,61	R\$ 10.961,00
12	METALON 30 X 50 CH 2,00	UND	100	R\$ 195,16	R\$ 19.516,00
13	METALON 40 X 40 CH 1,20	UND	100	R\$ 112,77	R\$ 11.277,00
14	METALON 60 X 40 CH 2,00	UND	80	R\$ 238,60	R\$ 19.088,00
15	CANTONEIRA 1" X 1/8"	UND	150	R\$ 75,79	R\$ 11.368,50
16	CANTONEIRA 1" X 3/16"	UND	150	R\$ 102,86	R\$ 15.429,00
17	CANTONEIRA 1.1/2" X 1/8"	UND	150	R\$ 109,45	R\$ 16.417,50
18	CANTONEIRA 1.1/2" X 3/16"	UND	150	R\$ 172,36	R\$ 25.854,00
19	CANTONEIRA 1.1/4" X 1/8"	UND	150	R\$ 93,46	R\$ 14.019,00
20	CANTONEIRA 2" X 1/8"	UND	100	R\$ 149,57	R\$ 14.957,00
21	CANTONEIRA 2" X 3/16"	UND	100	R\$ 224,45	R\$ 22.445,00
22	CANTONEIRA 3/4" SERRALHEIRO	UND	120	R\$ 44,51	R\$ 5.341,20
23	CANTONEIRA 5/8" SERRALHEIRO	UND	120	R\$ 41,21	R\$ 4.945,20
24	CANTONEIRA 7/8" X 1/8"	UND	120	R\$ 59,64	R\$ 7.156,80
25	CHAPA RAIADA GALVANIZADA CH 0,50	UND	200	R\$ 43,68	R\$ 8.736,00
26	CHAPA RAIADA GALVANIZADA CH 0,65	UND	200	R\$ 55,29	R\$ 11.058,00
27	PERFIL P/ PORTA "U" GALVANIZADO CH 1,25	UND	100	R\$ 64,02	R\$ 6.402,00
28	CAIXA C/ MOLA GALV. 3,0 METROS - 50MM	UND	80	R\$ 89,28	R\$ 7.142,40
29	CAIXA C/ MOLA GALV. 3,5 METROS - 50MM	UND	80	R\$ 98,11	R\$ 7.848,80
30	CAIXA C/ MOLA GALV. 4,0 METROS - 50MM	UND	80	R\$ 108,09	R\$ 8.647,20
31	PERFIL SIMPLES 2" CH 2,00	UND	100	R\$ 94,94	R\$ 9.494,00
32	PERFIL SIMPLES 2.1/2" CH 2,00	UND	100	R\$ 124,45	R\$ 12.445,00
33	PERFIL SIMPLES 3" CH 2,00	UND	100	R\$ 147,19	R\$ 14.719,00
34	PERFIL SIMPLES 3.1/2" CH 2,00	UND	100	R\$ 157,13	R\$ 15.713,00
35	PERFIL SIMPLES 4" CH 2,00 - 100 X 40	UND	100	R\$ 167,53	R\$ 16.753,00
36	PERFIL SIMPLES 5" CH 2,00	UND	90	R\$ 238,74	R\$ 21.486,00
37	PERFIL SIMPLES 6" CH 2,00	UND	90	R\$ 280,27	R\$ 25.224,30
38	PERFIL ENRIJECIDO 2" CH 2,00	UND	80	R\$ 102,47	R\$ 8.197,60
39	PERFIL ENRIJECIDO 3" CH 2,00	UND	80	R\$ 160,05	R\$ 12.804,00
40	PERFIL ENRIJECIDO 4" CH 2,00 - 100 X 40	UND	80	R\$ 203,57	R\$ 16.285,00
41	PERFIL ENRIJECIDO 5" CH 2,00	UND	80	R\$ 263,10	R\$ 21.048,00
42	PERFIL ENRIJECIDO 6" CH 2,00	UND	80	R\$ 267,61	R\$ 21.408,80
VALOR TOTAL LOTE					R\$ 509.617,90

LOTE 02					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	V. UNITARIO	VALOR TOTAL
43	CHAPA ALMOFADA RET. PRETA 22 (3 X 1)-3G BR	UND	80	R\$ 320,59	R\$ 25.647,20
44	CHAPA ALMOFADA RET. PRETA 22 (2,5 X 1) -3G	UND	80	R\$ 323,14	R\$ 25.851,20
45	CHAPA ALMOFADA RET. PRETA 22 (2 X 1)-3G BR	UND	80	R\$ 226,66	R\$ 18.132,80
46	CHAPA REDONDA PRETA 22 (3 X 1,06) - ME 9G	UND	100	R\$ 263,76	R\$ 26.376,00

Rua Presidente Juscelino, 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000

CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

47	CHAPA REDONDA PRETA 22 (2,5 X 1,06) - ME 9G	UND	100	R\$ 220,42	R\$ 22.042,00
48	CHAPA REDONDA PRETA 22 (2 X 0,80) - 7G	UND	100	R\$ 138,04	R\$ 13.804,00
49	CHAPA REDONDA PRETA 22 (2 X 1,06) - ME 9G	UND	100	R\$ 153,70	R\$ 15.370,00
50	CHAPA REDONDA PRETA 20 (2 X 1,06) - ME 9G	UND	100	R\$ 189,63	R\$ 18.963,00
51	CHAPA FINA FRIO 16 (2 X 1)	UND	80	R\$ 306,47	R\$ 24.517,60
52	CHAPA FINA FRIO 16 (2 X 1,20)	UND	80	R\$ 367,29	R\$ 29.383,20
53	CHAPA FINA FRIO 18 (2 X 1)	UND	80	R\$ 248,97	R\$ 19.917,60
54	CHAPA FINA FRIO 18 (2 X 1,20)	UND	80	R\$ 271,18	R\$ 21.694,40
55	CHAPA FINA FRIO 18 (3 X 1,20)	UND	80	R\$ 430,76	R\$ 34.460,80
56	CHAPA FINA FRIO 20 (2 X 1)-	UND	80	R\$ 181,58	R\$ 14.526,40
57	CHAPA FINA FRIO 20 (2 X 1,20)	UND	80	R\$ 199,11	R\$ 15.928,80
58	CHAPA FINA FRIO 20 (2,5 X 1,20)	UND	80	R\$ 263,01	R\$ 21.040,80
59	CHAPA FINA FRIO 20 (3 X 1,20)	UND	80	R\$ 323,88	R\$ 25.910,40
60	CHAPA ALMOFADA RET. PRETA 20 (3 X 1) - 3G	UND	70	R\$ 360,39	R\$ 25.227,30
61	CHAPA ALMOFADA RET. PRETA 20 (2,5 X 1)-3G	UND	70	R\$ 300,44	R\$ 21.030,80
VALOR TOTAL LOTE					R\$ 419.824,30

LOTE 03					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	V. UNITARIO	VALOR TOTAL
62	TUBO INDUSTRIAL 1" CH 0,90	UND	100	R\$ 47,68	R\$ 4.768,00
63	TUBO INDUSTRIAL 1" CH 1,20	UND	100	R\$ 54,00	R\$ 5.400,00
64	TUBO INDUSTRIAL 1" CH 1,50	UND	100	R\$ 69,20	R\$ 6.920,00
65	TUBO INDUSTRIAL 1" CH 2,00	UND	100	R\$ 87,71	R\$ 8.771,00
66	TUBO INDUSTRIAL 1.1/2" CH 0,90	UND	100	R\$ 66,90	R\$ 6.690,00
67	TUBO INDUSTRIAL 1.1/2" CH 1,20	UND	80	R\$ 82,78	R\$ 6.622,40
68	TUBO INDUSTRIAL 1.1/2" CH 1,50	UND	80	R\$ 101,09	R\$ 8.087,20
69	TUBO INDUSTRIAL 1.1/2" CH 2,00	UND	80	R\$ 133,63	R\$ 10.690,40
70	TUBO INDUSTRIAL 1.1/4" CH 0,90	UND	80	R\$ 57,98	R\$ 4.638,40
71	TUBO INDUSTRIAL 1.1/4" CH 1,20	UND	80	R\$ 70,39	R\$ 5.631,20
72	TUBO INDUSTRIAL 1.1/4" CH 1,50	UND	80	R\$ 92,50	R\$ 7.400,00
73	TUBO INDUSTRIAL 1.1/4" CH 2,00	UND	80	R\$ 124,78	R\$ 9.982,40
74	TUBO INDUSTRIAL 2" CH 0,90	UND	100	R\$ 915,93	R\$ 91.593,00
75	TUBO INDUSTRIAL 2" CH 1,20	UND	100	R\$ 113,51	R\$ 11.351,00
76	TUBO INDUSTRIAL 2" CH 1,50	UND	100	R\$ 136,05	R\$ 13.605,00
77	TUBO INDUSTRIAL 2" CH 2,00	UND	100	R\$ 182,28	R\$ 18.228,00
78	TUBO INDUSTRIAL 2.1/2" CH 1,20	UND	80	R\$ 136,88	R\$ 10.950,40
79	TUBO INDUSTRIAL 2.1/2" CH 1,50	UND	80	R\$ 191,49	R\$ 15.319,20
80	TUBO INDUSTRIAL 3" CH 2,00	UND	100	R\$ 269,29	R\$ 26.929,00
81	TUBO INDUSTRIAL 3" CH 1,20	UND	100	R\$ 182,86	R\$ 18.286,00
82	TUBO INDUSTRIAL 3.1/2" CH 1,50	UND	100	R\$ 329,78	R\$ 32.978,00
83	TUBO INDUSTRIAL 3/4" CH 0,90	UND	100	R\$ 35,21	R\$ 3.521,00
84	TUBO INDUSTRIAL 4" CH 1,20	UND	50	R\$ 221,96	R\$ 11.098,00

Rua Presidente Juscelino, 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000

CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

85	TUBO INDUSTRIAL 4" CH 1,50	UND	50	R\$ 312,08	R\$ 15.604,00
86	TUBO INDUSTRIAL 5/8" CH 0,90	UND	100	R\$ 28,25	R\$ 2.825,00
87	TUBO INDUSTRIAL 7/8" CH 0,90	UND	100	R\$ 41,58	R\$ 4.158,00
88	TELA SERRALHEIRO 1" FIO 12 -TC	M	200	R\$ 108,61	R\$ 21.722,00
89	TELA SERRALHEIRO 1.1/2" FIO 12 -TC	M	200	R\$ 81,34	R\$ 16.268,00
90	TELHA TRAPEZOIDAL TP40 GALVALUME 0,43X 6 MT	UND	80	R\$ 310,94	R\$ 24.875,20
VALOR TOTAL LOTE					424.911,80

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Administração.

2.2. São participantes os seguintes órgãos:

- 2.2.1.** Secretaria Municipal de Administração;
- 2.2.2.** Secretaria Municipal de Assistência Social;
- 2.2.3.** Secretaria Municipal de Educação;
- 2.2.4.** Secretaria Municipal de Saúde.;
- 2.2.5.** Secretaria Municipal de Agricultura;
- 2.2.6.** Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- 2.2.7.** Secretaria Municipal de Transporte;
- 2.2.8.** Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- 2.2.9.** Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;

2.3. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n.º 8.666, de 1993 e do Decreto Municipal n.º 045/2018 e subsidiariamente ao Decreto n.º 7.892/2013, e na Lei n.º 8.666/1993.

2.3.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

2.3.3. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

2.4. Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, conforme artigo 7º do Decreto Municipal n.º 045/2018.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura não podendo ser prorrogada.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

4.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

4.2.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

4.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

4.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

4.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.5. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

5.1. O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

5.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.1.3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.1.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.1.5. Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados.

5.2.1. por razão de interesse público; ou

5.2.2. a pedido do fornecedor

5.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

6.1. Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização).

6.1.1. O órgão deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à contratação.

6.2. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

6.2.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

6.3. Antes da assinatura do Contrato ou da emissão da Nota de Empenho, a Contratante realizará consulta ao Certificado de Registro Cadastral - CRC, para identificar possível proibição de contratar com





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, cujos resultados poderão ser anexados aos autos do processo.

6.4. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

6.5. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

6.5.1. É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

6.6. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.7. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

7.1. Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato, Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei n.º 8.666/1993.

7.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n.º39, de 13/12/2011.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO

8.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irrevogáveis.

8.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, Decreto Municipal n.º 045/2018, e subsidiariamente no Decreto n.º 7.892, de 2013 e suas alterações.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE CÔCOS

9.1. A Contratada obriga-se a:

9.2. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.2.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

9.2.1.1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

9.2.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

9.2.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

9.2.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

9.2.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.2.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

9.3. A Contratante obriga-se a:





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

9.3.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

9.3.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

9.3.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.3.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

9.3.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.4. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.5. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 90 (noventa) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

10.1. Os bens serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua conseqüente aceitação, que se dará no prazo máximo fixado no Termo de Referência.

10.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

10.3. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) poderá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

11.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do início do mês subsequente ao vencido, após a devida conferência e liberação do órgão solicitante e/ou fiscalizador.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) poderá ser efetuados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, §3º da Lei n.º 8.666/1993.

11.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

11.2.1. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

11.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta Certificado de Registro Cadastral - CRC e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, podendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

11.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.5.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar n.º 123/2006, e alterações promovidas pela Lei Complementar n.º 147/2014 e Lei Complementar n.º 155/2016, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

11.6. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

11.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.8. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

11.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

12.1. Nos termos do art. 67 Lei n.º 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.1.1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n.º 8.666/1993.

12.3. O representante da administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 10.520/2002 e do Decreto Municipal n.º 045/2018 a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

13.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

13.1.2. Apresentar documentação falsa;

13.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

13.1.4. Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;

13.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.6. Cometer fraude fiscal;

13.1.7. Fizer declaração falsa;

13.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.

13.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

b. Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento do CRC, pelo prazo de até cinco anos;

13.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.3. Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei n.º 8.666/1993, da Lei n.º 10.520/2002, do Decreto Municipal n.º 045/2018, a Contratada que, no decorrer da contratação:

13.3.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

13.3.2. Apresentar documentação falsa;

13.3.3. Comportar-se de modo inidôneo;

13.3.4. Cometer fraude fiscal;

13.3.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no instrumento de contrato.

13.4. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

b.1. Moratória de até 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

b.2. Compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Cocos, pelo prazo de até dois anos;

c.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n.º87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n.º 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n.º 2.218/2011 e n.º 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

d. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Cocos e descredenciamento no CRC pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

13.4.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.5. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

13.5.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

13.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/1993.

13.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

13.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

13.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Certificado de Registro Cadastral - CRC.

13.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.

14.2. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexos do Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 017-2022 e a proposta da empresa.

14.3. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei n.º 10.520/2002 Decreto Municipal n.º 045/2018 da Lei n.º 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, e subsidiariamente da Lei n.º 8.666/1993 e alterações.

14.4. O foro para dirimir questões relativas ao presente contrato será o do Município de Cocos - Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cocos-Ba, 21 de junho de 2022.

MUNICÍPIO DE COCOS-BA
CNPJ: 14.222.012/0001-75
CONTRATANTE

JURANDIR CARLOS ATAÍDE LOPES-ME
CNPJ: 05.537.193/0001-56
CONTRATADA





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 245-2022
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 052-2022

ADJUDICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Cocos-BA, Marcelo de Souza Emerenciano, no uso de suas atribuições legais e, conforme previsto no art. 43, VI da Lei Federal nº 8.666/93, resolve adjudicar o objeto da contratação em favor da empresa **LR CALDAS TRANSPORTES DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.418.793/0001-57, situada na Rua Bico Doce, nº 140, Galpão 13, Bairro Palestina, Salvador-BA, CEP: 41.308-066, pelo valor global de R\$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais).

Cocos - BA, 01 de julho de 2022.

Marcelo de Souza Emerenciano
Prefeito Municipal





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 245-2022
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 052-2022**

HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGO o Processo Administrativo nº 245-2022, Dispensa de Licitação nº 052-2022, para que surta os seus efeitos jurídicos e legais e determino a contratação da empresa **LR CALDAS TRANSPORTES DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.418.793/0001-57, situada na Rua Bico Doce, nº 140, Galpão 13, Bairro Palestina, Salvador-BA, CEP: 41.308-066, pelo valor global de R\$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais).

Cocos - BA, 01 de julho de 2022.

Marcelo de Souza Emerenciano
Prefeito Municipal





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS**EXTRATO DE CONTRATO Nº 196-2022**

ESPÉCIE/Nº: Dispensa de Licitação nº 052-2022 - **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 24, II, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores - **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:** 245-2022 - **CONTRATANTE:** Fundo Municipal de Saúde - CNPJ: 11.951.872/0001-51 - **CONTRATADA:** LR Caldas Transportes de Máquinas e Equipamentos – CNPJ: 26.418.793/0001-57 - **OBJETO:** Prestação de serviços de transporte, de Simões Filho-BA a Cocos-BA, dos bens móveis para a Secretaria Municipal de Saúde, adquiridos através dos Termos de cessão de uso de bens móveis, entre o Estado da Bahia, por meio da Secretaria da Saúde do Estado e o Município de Cocos - **VALOR GLOBAL:** R\$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais) - **VIGÊNCIA:** 01 de julho de 2022 a 31 de julho de 2022 - **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 02.05.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - 10.122.030.2032 – Gestão das Ações do Fundo Municipal de Saúde - 3.3.9.0.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica - 02 – Fonte - **LOCAL E DATA:** Cocos-BA, 01 de julho de 2022 – **Cleuton Domingues de Souza** – **Secretário Municipal de Saúde.**

Rua Presidente Juscelino, 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000
CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Assinatura digital ICP-Brasil em conformidade com a MP nº 2.200-2/2001 gerada pelo software de propriedade da PROCEDE BAHIA Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA, protegido pela Lei nº 9.609/98, regulamentado pelo DECRETO Nº 2.556 e devidamente registrado no INPI sob o número BR 512016000188-7 publicado na Revista da Propriedade Industrial nº 2387.

Para verificar as assinaturas clique no link: <http://www.procedebahia.com.br/verificar/58C4-F421-82E7-198C-D021> ou vá até o site <http://www.procedebahia.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 58C4-F421-82E7-198C-D021



Hash do Documento

0f45182782318af22d7f26f008e23eff1fc113916c8dd6f0640a8d903b61daca

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/07/2022 é(são) :

Tipo: Certificado Digital ICP-Brasil

Responsável: PROCEDE BAHIA Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos Ltda

CNPJ: 18.195.422/0001-25

Assinado em: 01/07/2022 15:20 UTC-03:00